



MINISTÉRIO DO ESPORTE

Fédération Internationale de
Football Association
Presidente da FIFA
FIFA-Strasse
208044 Zurique
Suíça

Brasília, na data da assinatura digital.

Garantia Governamental No. 7 da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027™: Renúncia, Indenização e outras Questões Legais

Prezado Senhor Presidente

Em relação à Competição, o País-sede, representado pelos abaixo-assinados, compromete-se e garante à FIFA o seguinte:

1. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Esta Garantia Governamental será interpretada de acordo com os princípios estabelecidos no Anexo e os termos em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos de outra forma, nesta Garantia Governamental terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo.

2. GARANTIA

2.1. O País-sede compromete-se e garante à FIFA que:

2.1.1. a emissão de qualquer Declaração Governamental e cada uma das Garantias Governamentais representa um ato jurídico unilateral do Governo e/ou da outra Autoridade Governamental relevante no País-sede pelo qual o Governo e/ou a Autoridade Governamental relevante (conforme aplicável) concede garantias e assume obrigações vinculantes para a FIFA, bem como cada uma das Entidades de Entrega, quaisquer Entidades de Entrega Conjunta e todas as Subsidiárias da FIFA;

2.1.2. a emissão de qualquer Declaração Governamental e as Garantias do Governo não criam quaisquer obrigações contratuais ou outras para a FIFA, a Entidade de Entrega, qualquer Entidade de Entrega Conjunta, qualquer Subsidiária da FIFA, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF) e/ou qualquer Associação Co-anfitriã para, ou em benefício do, País-sede, o Governo e/ou qualquer outra Autoridade Governamental no País-sede, exceto por qualquer obrigação de cooperação por parte da FIFA, a Entidade de Entrega, qualquer Entidade de Entrega Conjunta, qualquer Subsidiária da FIFA, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF) e/ou qualquer Associação Co-anfitriã que seja expressamente referida em qualquer Garantia Governamental;

2.1.3. o Governo e/ou qualquer outra Autoridade Governamental relevante no País-sede não tem (e não terá, no futuro,) qualquer direito, reivindicação ou recurso contra a FIFA, a Entidade de Entrega, qualquer Entidade de Entrega Conjunta, qualquer Subsidiária da FIFA, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF) e/ou qualquer Associação Co-anfitriã (ou qualquer um de seus respectivos diretores, executivos, funcionários, membros, agentes, pessoas auxiliares, representantes ou consultores) como resultado de, ou em conexão com, a emissão ou conteúdo de qualquer Declaração Governamental e/ou as Garantias Governamentais e/ou qualquer execução pela FIFA, e o Governo renuncia irrevogável e incondicionalmente (e deve garantir que qualquer Autoridade Governamental relevante renuncie irrevogável e incondicionalmente) a qualquer direito, reivindicação ou recurso que possa, não obstante o acima exposto, existir ou surgir.

2.1.4. de acordo com os contratos relacionados à Competição, qualquer Evento Teste e os Eventos Relacionados à Competição com qualquer CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF), quaisquer Associações Co-anfitriãs, as autoridades da cidade-sede, as autoridades do estádio e outros terceiros envolvidos na preparação, hospedagem, organização e realização da Competição, qualquer Evento Teste ou qualquer Evento Relacionado à Competição, qualquer um da FIFA, da Entidade de Entrega, qualquer Entidade de Entrega Conjunta e qualquer Subsidiária da FIFA (ou todas elas) terão o direito, a qualquer momento, de exercer ou confiar em seus direitos contratuais e direitos legais e de cancelar, abandonar, adiar, realocar e/ou reagendar a Competição, Partidas individuais, qualquer Evento Teste ou qualquer Evento Relacionado à Competição, em cada caso de acordo com os termos e condições desses contratos. No caso de qualquer cancelamento, abandono, adiamento, realocação e/ou reagendamento da Competição, Partidas individuais, qualquer Evento Teste ou qualquer Evento Relacionado à Competição, nem o País-sede nem o Governo terão (e o País-sede deve garantir que nenhuma outra Autoridade Governamental no País-sede tenha) qualquer direito, reivindicação ou recurso (seja existente na data desta Garantia Governamental ou no futuro) contra a FIFA, a Entidade de Entrega, qualquer Entidade de Entrega Conjunta, qualquer Subsidiária da FIFA, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF) e/ou quaisquer Associações Co-anfitriãs (ou qualquer um de seus respectivos diretores, executivos, funcionários, membros, agentes, pessoas auxiliares, representantes ou consultores), e o Governo renuncia irrevogável e incondicionalmente (e deve garantir que qualquer outra Autoridade Governamental relevante renuncie) a qualquer direito, reivindicação ou recurso que possa, não obstante o acima exposto, existir ou surgir; e

2.1.5. o País-sede indenizará e isentará a FIFA, a Entidade de Entrega, todas as Entidades de Entrega Conjunta, todas as Subsidiárias da FIFA, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF) e todas as Associações Co-anfitriãs (e todos os seus respectivos diretores, executivos, funcionários, membros, agentes, pessoas auxiliares, representantes e consultores) de e contra todos e quaisquer danos diretos ou indiretos (incluindo perdas de lucros), responsabilidades, penalidades, multas, obrigações, perdas, reivindicações, demandas, recuperações, deficiências, processos, custos e/ou despesas (incluindo honorários de especialistas ou consultores) sofridos ou incorridos em conexão com, ou resultantes de, ou decorrentes de, qualquer descumprimento de qualquer Declaração Governamental ou qualquer Garantia Governamental. A indenização nesta Cláusula 2.1.5 não limitará qualquer indenização específica dada nesta Garantia Governamental ou em qualquer outra Garantia Governamental.

2.1.6 cumprirá apenas as Garantias estabelecidas de forma idênticas àquelas oferecidas para a realização da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo de Futebol Masculino 2014, incluindo qualquer exigência, mesmo que acessória.

3. DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1 O País-sede declara e garante que:

3.1.1. tem todo o direito, capacidade, poder e autoridade para fornecer esta Garantia Governamental e para cumprir suas obrigações aqui estabelecidas ou para obter seu cumprimentos;

3.1.2. esta Garantia Governamental foi devidamente autorizada, assinada e entregue;

3.1.3. esta Garantia Governamental é, e permanecerá a partir (e incluindo) da data em que esta Garantia Governamental for fornecida à FIFA, juridicamente vinculativa, irrevogável, válida, diretamente aplicável e totalmente executável pela FIFA contra o País-sede, de acordo com seus termos, independentemente de qualquer mudança no Governo do País-sede e independente das leis do País-sede e/ou qualquer alteração nessas leis; e

O País-sede reconhece e concorda que o termo "totalmente exequível" na Cláusula 3.1.3 deverá, em particular, autorizar a FIFA e qualquer outra pessoa jurídica e/ou individual mencionada nesta Garantia Governamental a solicitar desempenho específico pelo País-sede em relação às obrigações do País-sede sob esta Garantia Governamental (e buscar medidas provisórias para proteger tal direito).

3.2 Caso, como resultado da estrutura política e/ou governamental do País-sede e/ou de seu sistema jurídico, existam competências paralelas, sobrepostas ou divididas entre uma ou mais Autoridades Governamentais em relação aos assuntos contidos na Cláusula 2 desta Garantia Governamental:

3.2.1. o País-sede deverá garantir que também será executado pelo chefe de qualquer Autoridade Governamental adicional no País-sede com competência para autorizar, executar e fornecer validamente os compromissos e garantias relevantes contidos na Cláusulas 2 desta Garantia Governamental;

3.2.2. as referências nesta Garantia Governamental a qualquer obrigação, compromisso, garantia, declaração, reconhecimento, acordo ou renúncia do País-sede deverão (exceto nesta Cláusula 3.2 e/ou salvo indicação em contrário da FIFA) ser lidas e entendidas como referências à Autoridade Governamental relevante que assinou esta Garantia Governamental; e

3.2.3. o País-sede declara e garante que, com exceção de qualquer Autoridade Governamental que tenha assinado esta Garantia Governamental juntamente com o País-sede, não é necessário que esta Garantia Governamental seja assinada por qualquer outra Autoridade Governamental para abordar quaisquer competências paralelas, sobrepostas ou divididas conforme descrito nesta Cláusula 3.2.

3.3 O País-sede deverá fornecer modificações e/ou emendas específicas a esta Garantia Governamental e/ou declarações governamentais adicionais e/ou Garantias Governamentais, em cada caso, conforme razoavelmente solicitado pela FIFA de tempos em tempos para abordar ou de outra forma refletir:

3.3.1. a estrutura política e governamental, bem como a divisão de competências entre o Governo e as Autoridades Governamentais relevantes;

3.3.2. o sistema jurídico e as leis e regulamentos aplicáveis no País-sede;

3.3.3. desafios operacionais especiais no País-sede que requerem apoio governamental; e/ou;

3.3.4. efeito pretendido desta Garantia Governamental,

em cada caso dentro do prazo estipulado pela FIFA.

3.4 Sem limitação à Cláusula 3.1 e sem prejuízo dos direitos e recursos disponíveis à FIFA, se esta Garantia Governamental não seja, não for no futuro ou deixar de ser a qualquer momento, no todo ou em parte, irrevogável, válida, legalmente vinculativa, diretamente aplicável e/ou totalmente executável pela FIFA contra o País-sede, de acordo com seus termos, sem a promulgação e/ou concessão de quaisquer leis, regulamentos, portarias especiais ou ação legislativa semelhante no País-sede (incluindo quaisquer dispensas e/ou isenções de quaisquer leis aplicáveis no País-sede) ("Leis Especiais"), então:

3.4.1. o Governo do País-sede deverá promulgar ou conceder as Leis Especiais necessárias para garantir que esta Garantia Governamental seja, e será, irrevogável, válida, juridicamente vinculativa, diretamente aplicável e totalmente executável pela FIFA de acordo com seus termos e para garantir a implementação, cumprimento e execução desta Garantia Governamental; ou

3.4.2. se o Governo do País-sede não estiver autorizado a promulgar ou conceder, ou a comprometer-se a promulgar ou conceder, tais Leis Especiais, então o Governo do País-sede deverá tomar: (i) as medidas necessárias para iniciar e dar prosseguimento a procedimentos legislativos

para a promulgação de tais Leis Especiais; e (ii) as medidas alternativas, dentro de sua autoridade e em conformidade com as leis do País-sede, a fim de proporcionar a melhor segurança jurídica possível em relação à implementação, cumprimento e execução desta Garantia Governamental,

em cada caso: (i) em ou antes da(s) data(s) relevante(s) especificada(s) na Declaração Legal do Governo e, em qualquer caso, em ou antes de 30 de junho de 2025; ou (ii) no caso de esta Garantia Governamental deixar de ser, no todo ou em parte, irrevogável, válida, juridicamente vinculativa, diretamente aplicável e/ou totalmente executória a qualquer momento posterior, o mais rápido possível após o Governo do País-sede tomar conhecimento do mesmo.

3.5 O País-sede será o único responsável (e nem a FIFA, a Entidade de Entrega, quaisquer Entidades de Entrega Conjunta, nem qualquer Subsidiária da FIFA terá qualquer responsabilidade ou obrigação perante o País-sede) pelos custos e despesas a serem incorridos em conexão com a execução, implementação, cumprimento e/ou aplicação desta Garantia Governamental.

3.6 As obrigações do País-sede nos termos deste instrumento serão cumpridas em benefício da FIFA, bem como da Entidade de Entrega, de quaisquer Entidades de Entrega Conjunta e de todas as Subsidiárias da FIFA e qualquer outra pessoa jurídica e/ou individual mencionada nesta Garantia Governamental, e cada uma ou todas as pessoas mencionadas acima podem fazer cumprir esta Garantia Governamental contra o País-sede (na totalidade ou em parte).

3.7 O País-sede responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores, na forma do § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil. O País-sede assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado à Competição, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano. O País-sede ficará sub-rogado em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, devendo o beneficiário fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos.

3.8 O País-sede compromete-se e garante que todas as comunicações, correspondência e discussões em relação a esta Garantia Governamental (incluindo qualquer plano, documento ou material que o País-sede seja obrigado a preparar e enviar à FIFA de acordo com esta Garantia Governamental) serão em inglês, ou o País-sede fornecerá traduções juramentadas para o inglês dos mesmos.

3.9 Qualquer controvérsia decorrente de ou relacionada a esta Declaração Governamental (incluindo questões quanto à sua execução, efeito vinculante, validade, aplicabilidade direta, implementação, alteração e rescisão efetiva) será prontamente solucionada entre as Partes mediante negociação. Se nenhuma solução amigável for alcançada, a controvérsia poderá ser resolvida pela Advocacia-Geral da União do País-sede, em sede administrativa, mediante conciliação, se conveniente ao País-sede e às demais pessoas referidas nesta cláusula. A validade do Termo de Conciliação que envolver o pagamento de indenização será condicionada: (i) à sua homologação pelo Advogado-Geral da União do País-sede; e (ii) à sua divulgação, previamente à homologação, mediante publicação no Diário Oficial da União do País-sede e a manutenção de seu inteiro teor, por prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, na página da Advocacia-Geral da União na internet.

3.10 A FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados serão isentos do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar do País-sede, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Assinado Eletronicamente

JORGE MESSIAS

ADVOGADO-GERAL

Brasília, Distrito Federal.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Assinado Eletronicamente

MAURO VIEIRA

EMBAIXADOR

Brasília, Distrito Federal.

MINISTÉRIO DO ESPORTE

Assinado Eletronicamente

ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO

MINISTRO

Brasília, Distrito Federal.

ANEXO

DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

"Entidade de Entrega Conjunta"	qualquer filial, entidade ou escritório estabelecido, direta ou indiretamente, pela FIFA e/ou qualquer Associação Coanfitriã em qualquer País Co-sede para atuar como a (ou uma das) entidades centrais para a entrega operacional da Competição e qualquer subsidiária, filial ou escritório da mesma.
"Associação Co-anfitriã"	qualquer Associação Membro da FIFA nacional que, juntamente com a Associação Anfitriã, tenha sido nomeada pela FIFA para co-sediar a Competição, incluindo qualquer entidade de propriedade e controlada por essa Associação Co-anfitriã e dedicada exclusivamente a assumir, direta ou indiretamente, da FIFA, a Entidade de Entrega e/ou qualquer Entidade de Entrega Conjunta, certas responsabilidades em relação à hospedagem e realização da Competição e/ou certos Eventos Relacionados à Competição.
"País co-sede"	o país de qualquer Associação Co-anfitriã.
"Competição"	a Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027™, que está programada para ser realizada (no todo ou em parte) no País Anfitrião em 2027, incluindo todas as Partidas, Eventos Relacionados à Competição e quaisquer Eventos de Teste.
"Eventos Relacionados à Competição"	qualsquer eventos ou atividades que não sejam Partidas que estejam direta ou indiretamente relacionadas à Competição (conforme aplicável) oficialmente organizadas, apoiadas, sancionadas ou realizadas sob os auspícios da FIFA, da Entidade de Entrega, de qualquer Entidade de Entrega Conjunta, de qualquer Subsidiária da FIFA, a Associação Anfitriã e/ou qualquer Associação Co-anfitriã e que se destinam a promover, celebrar, melhorar ou facilitar a hospedagem, organização e realização da Competição, incluindo qualquer um dos seguintes eventos e atividades direta ou indiretamente relacionados à Competição: (a) qualquer reunião do congresso da FIFA; (b) evento de comemoração da FIFA;

	(c) qualquer sorteio pelo qual as Equipes participantes da Competição sejam sorteadas para grupos de competição;
	(d) FIFA Fan Festival;
	(e) seminários de árbitros;
	(f) qualquer cerimônia relacionada com a Competição, incluindo a cerimônia de abertura, cerimônia de encerramento e cerimônias de premiação;
	(g) quaisquer eventos, atividades, workshops e seminários relacionados à Competição;
	(h) eventos culturais (como shows, exposições, mostras, espetáculos ou outras expressões culturais);
	(i) eventos relacionados às Atividades de Sustentabilidade da FIFA;
	(j) conferências de imprensa e outros eventos de mídia;
	(k) sessões de treinamento;
	(l) lançamento de qualquer mascote oficial, emblema oficial, slogan oficial e/ou cartazes oficiais; e
	(m) quaisquer outras atividades que a FIFA considerar relevantes para o sediamento, organização e realização da Competição.
"Entidade Entrega" de	qualquer filial, entidade ou escritório estabelecido, direta ou indiretamente, pela FIFA e/ou pela Associação Anfitriã no País-sede para atuar como entidade central (ou uma das entidades centrais) para a entrega operacional da Competição e qualquer subsidiária, filial ou escritório do mesmo.
"FIFA"	Fédération Internationale de Football Association, incluindo qualquer filial, entidade ou escritório estabelecido pela FIFA no País-sede, seus órgãos de governança e órgãos como o Conselho da FIFA, o Congresso da FIFA e o Comitê Organizador das Competições da FIFA, bem como quaisquer Subsidiárias da FIFA.
"FIFA Fan Festival"	uma área de entretenimento de torcedores segura e com marca oficial, estabelecida em qualquer Cidade-sede da Competição ou em outros locais determinados pela FIFA, para ser usada na Competição, que oferece aos visitantes, em particular, a possibilidade de assistir às Partidas em um ou mais gigantes telas.
"Subsidiária da FIFA"	qualquer entidade em relação à qual a FIFA, direta ou indiretamente:
	(a) detenha, no mínimo, 50,1% (cinquenta vírgula um por cento) do capital ou dos direitos de voto;
	(b) tenha o direito de nomear ou destituir a maioria de seu conselho de administração; e/ou

	(c) exerce efetivamente o controle de gestão;
	incluindo quaisquer subsidiárias de entidades nas quais a FIFA e/ou tal entidade detenha pelo menos 50,1% (cinquenta vírgula um por cento) do capital ou participação com direito a voto e, em cada caso, independentemente de a entidade relevante ser ou não residente no País-sede.
"Governo"	o governo nacional do País-sede.
"Declaração Governamental"	qualquer declaração emitida (ou a ser emitida) à FIFA pelo chefe da mais alta Autoridade Governamental executiva nacional do País-sede, demonstrando o apoio do País-sede e do Governo para sediar, organizar e realizar a Competição, qualquer Evento Teste e Eventos Relacionados à Competição no País-sede, conforme alterados ou complementados de tempos em tempos.
"Garantia Governamental"	qualquer garantia fornecida (ou a ser fornecida) à FIFA pelo Governo em nome do País-sede ou por qualquer outra Autoridade Governamental relevante no País-sede em conexão com a Competição, conforme alterada ou complementada de tempos em tempos.
"Declaração Legal do Governo"	<p>uma declaração legal elaborada pelo Ministro da Justiça do Governo, que aborda cada uma das questões e/ou matérias relacionadas com a Competição que são identificadas pela FIFA dessa forma, incluindo:</p> <p>(a) um resumo de alto nível do quadro jurídico do Paíssede;</p> <p>(b) uma confirmação de como (entre outras coisas) a Declaração Governamental e as Garantias Governamentais que foram fornecidas à FIFA são, e permanecerão, após a sua emissão, válidas, totalmente juridicamente vinculativas e executórias contra o Governo e outras Autoridades Governamentais relevantes; e</p> <p>(c) uma lista de todas as Leis Especiais que devem ser promulgadas pelo Governo e/ou outras Autoridades Governamentais e os procedimentos propostos (incluindo o calendário) para garantir a sua promulgação dentro de prazos aplicáveis, conforme alterado ou complementado de tempos em tempos.</p>
"Autoridade Governamental"	qualquer Governo e qualquer outra autoridade governamental ou pública nacional, regional ou local no Paíssede.
"Associação Anfitriã"	Confederação Brasileira de Futebol (CBF), sendo a Associação Membro da FIFA nacional que foi nomeada pela FIFA para sediar a Competição, incluindo qualquer entidade de propriedade e controlada pela Associação Anfitriã e exclusivamente dedicada a assumir, direta ou indiretamente, da FIFA, da Entidade de Entrega e/ou de qualquer Entidade de Entrega Conjunta, certas responsabilidades em relação à hospedagem e realização da Competição, qualquer Evento Teste e/ou certos Eventos Relacionados à Competição.
"País-sede"	o país da Associação Anfitriã.
"Partida"	qualquer partida de futebol em sua totalidade (incluindo replays, prorrogação e disputa de pênaltis), que ocorra como parte da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027™.

"Equipe"	qualquer seleção nacional de futebol feminino que tenha se qualificado para participar da Competição (ou que tenha sido selecionada pela FIFA para participar da Competição).
"Evento Teste"	quaisquer competições adicionais de futebol da FIFA e/ou quaisquer outros jogos/eventos realizados total ou parcialmente no País-Sede que sejam usados (no todo ou em parte) como eventos de teste operacional para a Competição.

INTERPRETAÇÃO

A menos que o contexto exija o contrário, nesta Garantia Governamental:

- a) palavras que importam o singular incluem o plural e vice-versa;
- b) referências a "pessoas" ou "entidades" incluem pessoas físicas, empresas, corporações, parcerias, governos, agências de um estado, joint ventures, associações e quaisquer outras entidades incorporadas e não incorporadas;
- c) referências a "inclui", "incluem", "incluindo", "por exemplo" (e variações dos mesmos) devem ser interpretadas sem limitação;
- d) referências a "Anexo" são, salvo indicação em contrário, referências ao anexo desta Garantia Governamental;
- e) os títulos são apenas para conveniência e não afetarão a interpretação desta Garantia Governamental;
- f) referências a qualquer documento precedido por "FIFA" que não esteja definido de outra forma neste documento significa o documento relevante da FIFA publicado ou disponibilizado pela FIFA sob esse nome (pois poderá, de tempos em tempos, ser alterado, complementado e/ou substituído);
- g) uma referência a qualquer estatuto, regulamento, diretiva, decisão, diretriz ou código de conduta é uma referência a ele conforme alterado, ampliado, suplantado, substituído ou reeditado de tempos em tempos;
- h) qualquer referência a um direito ou requisito para FIFA conceder sua aprovação, autorização ou consentimento dá à FIFA o direito de dar ou rejeitar tal aprovação, autorização ou consentimento a seu exclusivo critério, e qualquer aprovação, autorização ou consentimento será final e vinculativo ao País-sede (e/ou à Autoridade Governamental relevante) e só será válido se for fornecido por escrito com antecedência, e em nenhuma circunstância a FIFA será considerada como tendo dado sua aprovação, autorização ou consentimento; e
- i) qualquer obrigação de uma parte não fazer algo inclui uma obrigação de não permitir que aquilo seja feito.



Documento assinado eletronicamente por **André Luíz Carvalho Ribeiro, Ministro de Estado do Esporte**, em 31/10/2023, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Luiz Lecker Vieira, Usuário Externo**, em 31/10/2023, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Rodrigo de Araújo Messias, Usuário Externo**, em 31/10/2023, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **14624353** e o código CRC **050593EB**.

Referência: Processo nº 71000.076203/2023-10

SEI nº 14624353